



José Serra

**Comissão  
facilita FGTS  
ao aposentado**

Página 3

**Submarino  
nuclear deve  
sair em 2004**

Página 4

**Senado pode  
votar reforma  
em vinte dias**

Página 3

**Comissão busca  
riqueza para  
São Francisco**

Página 3

## Congresso quer Orçamento real

*Senadores questionam Serra sobre cortes no Orçamento e ministro afirma que Executivo só poupou obras com financiamento externo*

"O Congresso quer um orçamento real, factível para o país." Esse foi o recado que o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, deu ontem ao ministro do Planejamento, José Serra, convocado ao plenário do Senado para explicar os vetos que o presidente da República fez na lei do orçamento aprovada pelo Congresso.

Os senadores quiseram conhecer os critérios usados pelo

Executivo ao vetar gastos, pois as emendas aprovadas foram negociadas entre os parlamentares e os governadores. "Não havia emendas paroquiais", desabafou o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), autor do requerimento de convocação do ministro. "Foram cortes autoritários, como na época da ditadura", afirmou o senador.

José Serra esclareceu que o Executivo só evitou cortar verbas destinadas a obras

inacabadas ou que contam com financiamento externo.

O objetivo do governo é a estabilidade econômica e isso só é possível com aumento de impostos ou cortes de gastos. Serra descartou o aumento de impostos, porque o Brasil está chegando ao limite suportável - "estamos caminhando para uma carga tributária equivalente a 31% do PIB". Assim, ao governo só restou fazer os cortes.

## Sarney promulga fim da TR para financiamento agrícola

"O problema está finalmente resolvido, com estrita observância ao ordenamento jurídico. Cumpri meu dever constitucional como presidente do Congresso". A afirmação foi feita pelo presidente do Senado Federal, José

Sarney, logo depois de promulgar, na manhã de ontem, o dispositivo restabelecido pelo Legislativo - parágrafo 2º do art. 16 da Lei 8890/94 - que extingue a aplicação da TR (Taxa Referencial) na correção dos créditos agrícolas.



Sarney, ao promulgar o veto, é aplaudido pelos senadores

lente à dos preços mínimos em vigor para os produtores.

O senador José Sarney disse que o fato de ter promulgado a parte mantida pelo Congresso Nacional não cria qualquer

Embarço nas relações entre Legislativo e Executivo. Ele informou que, em conversa telefônica, Fernando Henrique Cardoso comunicou-lhe o envio dos autógrafos, afirmando seu interesse na solução dos problemas da agricultura.

Esse dispositivo havia sido vetado pelo então presidente Itamar Franco, mas o veto foi rejeitado, em abril, pelo Congresso Nacional. A norma restaurada determina que a atualização monetária aplicada aos contratos de financiamento agrícola será equiva-

# Serra pede apoio para terminar obras

*Ao depor no Senado, ministro do Planejamento informa que Governo negocia financiamento de US\$ 1 bilhão para recuperar e concluir rodovias em todo o país*

O governo está negociando com o Banco Mundial e com o BID financiamentos de US\$ 1 bilhão, destinados exclusivamente a centenas de obras rodoviárias inacabadas por todo o país e à recuperação da malha viária. A comunicação foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, José Serra.

Serra pediu apoio aos senadores para que, no Orçamento de 96, dêem prioridade em suas emendas a obras paralisadas, e não a novos projetos.

No debate, o senador Eduardo Suplicy (SP), líder do PT, advertiu para os problemas que os exportadores começam a enfrentar por causa da rigidez cambial.

Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o governo paga de juros da dívida interna cerca de US\$ 17 bilhões por ano e é obrigado a vetar obras como o "linhão"

de Tucuruí.

Em resposta à senadora Marluce Pinto (PTB-RO), o ministro garantiu que a conclusão da BR-174 (Manaus-Caracará) é "prioridade nacional".

## JUROS ALTOS

Questionado sobre os altos juros pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), o ministro reconheceu que isso não é bom para a economia.

Ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), que se mostrou preocupado com a crise da indústria de calçados em São Paulo e no Rio Grande do Sul, o ministro afirmou que o governo está disposto a tomar medidas "anti-dumping".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apontou que declarações recentes do ministro Serra e o depoimento do

presidente do BNDES, Edmar Bacha, sobre a privatização da Vale do Rio Doce, seriam contraditórias.

Jefferson Peres (PSDB-AM) avaliou - e obteve a concordância do ministro - que não há tempo para o governo propor uma reforma tributária que produza efeitos para 1996.

A estratégia para viabilizar investimentos e o aprofundamento da política de descentralização foram os objetos da interpeleção do senador Waldeck Ornellas (PFL-BA), para quem as privatizações terão resultados lentos.

## PREOCUPAÇÃO

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) manifestou sua preocupação quanto ao que poderá ocorrer em relação à proposta orçamentária de 96. Para o senador

catarinense, diante dos cortes feitos recentemente pelo governo, o orçamento deste ano é "uma ilusão".

Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que o governo, com os vetos, transferiu ao Congresso Nacional uma dificuldade "insuperável", porque a Constituição impede que o governo faça veto ao orçamento de forma parcial ou por expressão.

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) reclamou do impacto que os cortes no Orçamento causaram aos projetos em andamento, prejudicando, sobretudo, o programa da reforma agrária do próprio governo e as obras de recuperação das duas rodovias federais que cortam o Acre.

O debate no plenário do Senado foi encerrado com o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que destacou a importância dos esclarecimentos prestados pelo ministro.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

#### 9h - Sessão Ordinária do Senado

**Pauta:** Ofício nº S/14/95, através do qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul solicita autorização do Senado para alterar o percentual de rolagem de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1995. (Em regime de urgência.) (Em discussão) \*Ofício nº S/18/95, através do qual o Governo do Estado do Rio Grande do Sul solicita autorização do Senado para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995 (Em regime de urgência.) (Em discussão) \*Requerimento nº 664/95, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 97, 75/92; 10, 25, 36, 38, 41, 71, 93, 118, 151, 154, 206, 208 e 211/93; 32, 50, 62, 63, 74, 94, 101, 108, 134, 135 e 142/94; 6 a 9, 12, 19, 22 e 31/95; e Projetos de Lei do Senado nºs. 60 e 76/95, por tratarem de matérias que versam o mesmo assunto, que se encontram na Comissão de Assuntos Sociais. (Em votação) \*Requerimento nº 665/95, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 11/95 com as de nºs 1, 4 e 20/95, que dispõem sobre medidas provisórias. (Em votação) \*Requerimento nº 680/95, solicitando a

tramitação conjunta do PLC nº 60/94, que dispõe sobre o fornecimento de certidões pelas repartições públicas, regulamentando o art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, com o PLC nº 32/92, por versarem sobre a mesma matéria. (Em votação) \*Requerimento nº 681/95, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142 e 143/95. (Em votação) \*PLC nº 110/94, que concede adicional de periculosidade aos carteiros, alterando o art. 193 da CLT. (Em discussão) \*PDL nº 60/94, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Áereos celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Moscou, em 22.01.93. (Em discussão)

### COMISSÕES

#### 10h - CPI da Mineração

**Pauta:** Reunião destinada a ouvir os depoimentos dos presidentes do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), Ricardo Lerner, e da Associação de Joalheiros e Empresários de Pedras Preciosas de Minas Gerais, Raimundo Vianna, além do diretor-executivo da IBGM, Hécliton Santini Henriques. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

(Paulo Henrique Ferreira Bezerra)

## Projeto de Osmar Dias cria Vale do Leite

O senador Osmar Dias (PP-PR) apresentou projeto de lei instituindo o "Vale do Leite" que o empregador, pessoa jurídica, entregará ao empregado com salário equivalente a até três salários mínimos. Pela proposição, cada trabalhador terá direito a vales, na proporção de um litro de leite diário para cada uma das seguintes situações: gestação da mulher trabalhadora; gestação da esposa; responsabilidade por dependente menor de dois anos.

Na justificativa de seu projeto, Osmar Dias afirma que o mesmo tem duplo objetivo. A melhoria da situação nutricional de parte da população de baixa renda, e a estabilização do mercado do leite no país a preços mais elevados que os atuais, de modo a fortalecer os setores pecuário e industrial, num período em que se acharão expostos à concorrência do Mercosul.

## Espírito Santo expõe no Senado a partir de hoje

Aspectos do potencial turístico e cultural e da economia do Espírito Santo serão mostrados, até o dia 21, na Vitrine dos Estados, instalada no corredor que liga o Anexo I ao edifício principal do Senado. A exposição, que inclui também a arte desenvolvida pelo povo capixaba, será aberta hoje, às 11h, com a presença do governador do estado, Victor Buain.

Projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, as vitrines, em número de 24, têm como objetivo a divulgação da cultura regional do Brasil. Maranhão, Paraíba, Ceará, São Paulo, Pará, Goiás, Amapá, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal já tiveram a oportunidade de exibir, este ano, sua infra-estrutura turística na Vitrine dos Estados.

# Comissão facilita saque do FGTS por aposentados

*Outra proposta aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais dificulta a saída do país de criança adotada por estrangeiro*

Foto: Cildo Azevedo



Calheiros, ladeado por Beni Veras e Valdeck Ornelas

## Em busca de riqueza para São Francisco

Discutir soluções capazes de superar a pobreza da região e elaborar propostas para o desenvolvimento da área, além de definir formas adequadas de gerenciamento e recuperação ambiental, são os principais objetivos da Comissão Especial do Senado incumbida de examinar questões relativas ao desenvolvimento do Vale do São Francisco.

A comissão, instalada ontem, é composta por sete membros titulares e igual número de suplentes, todos eles representantes de cada um dos seis estados cortados pelo rio São

Francisco, e ainda do Ceará. Tem como presidente o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), vice-presidente o senador Beni Veras (PSDB-CE) e relator o senador Valdeck Ornelas (PFL-BA). Os demais membros titulares da comissão são os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), José Alves (PFL-SE), Arlindo Porto (PTB-MG) e Roberto Freire (PPS-PE).

O cronograma de trabalhos prevê o encerramento das atividades da comissão no mês de outubro, com a apresentação do relatório final.

## Senado pode votar em 20 dias reforma constitucional

O presidente do Senado Federal, José Sarney, disse ontem que o Senado deverá votar as propostas de reforma constitucional com a mesma determinação observada na Câmara dos Deputados. Ao lembrar que os prazos no Senado são menores, avaliou que, caso não haja obstrução, as emendas aprovadas na Câmara poderão ser apreciadas

em 20 dias pelo Senado Federal.

José Sarney recebeu um grupo de empresários paulistas que veio pedir a agilização no processo de reformas.

Participaram da audiência o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Elvio Aliprandi, e representantes das federações do comércio e da alimentação.

Os aposentados de todo o país poderão, de acordo com projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), encontrar maior facilidade de movimentar sua conta de FGTS, relativa a depósitos decorrentes de empregos provisórios exercidos após seu afastamento do trabalho principal, seja qual for o motivo do rompimento do novo contrato empregatício.

Na mesma reunião, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), foi aprovada proposição dispondo sobre modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de se criarem dificuldades à saída do território nacional de crianças adotadas por estrangeiros.

Outros dois projetos aprovados tratam da inclusão do município de São Bento do Sapucaí, em São Paulo, na área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira; e de formação de recursos humanos para o setor de saúde, de acordo com o que está previsto em dispositivo constitucional.

## Júnia quer debate sobre Previdência

Um amplo debate entre o Congresso Nacional e a sociedade brasileira sobre a reforma da Previdência Social foi defendido pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), que alertou para "o grave risco de desestabilização do serviço público como resultado das aposentadorias a que têm recorrido os que se sentem ameaçados pela proposta do governo".

Ressaltando que em setores como o magistério a situação já é alarmante, a senadora disse que graves consequências poderão advir para a magistratura nacional caso os membros do Judiciário venham a se aposentar em massa.

# Submarino nuclear sai em 2004

Ao depor na Comissão de Assuntos Econômicos, ministro da Marinha alerta senadores para os interesses econômicos envolvidos no projeto que já consumiu US\$ 690 milhões

Foto: Celso Azevedo



O ministro Mauro César depõe na Comissão de Assuntos Econômicos

O submarino brasileiro por propulsão nuclear só entrará em operação no ano de 2004 se não forem cortadas as verbas destinadas ao projeto do Ministério da Marinha, informou ontem o ministro Mauro César Rodrigues Pereira, ao explicar perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado o programa nuclear desenvolvido pelo ministério.

O ministro disse que, para execução do projeto, teve de ser vencido o desinteresse estratégico dos países que detêm a tecnologia nuclear. A partir desta constatação, segundo

Mauro César Rodrigues, o Brasil resolveu desenvolver sua própria tecnologia, não só para os equipamentos do submarino em si, mas também para a produção do combustível nuclear.

Ao abordar os objetivos do programa, o almirante afirmou que há também interesses econômicos envolvidos, uma vez que o domínio dessa tecnologia pode ser repassado para a medicina e recursos energéticos. O ministro informou que o projeto consumiu até hoje cerca de 690 milhões de dólares.

## Projeto veda política a promotor

Os membros do Ministério Público estarão impedidos de exercer atividades partidárias caso seja aprovada proposta de emenda constitucional do senador Odacir Soares (PFL-RO). Ele apontou um descompasso entre a Magistratura e o Ministério Público: "No que se refere às garantias, estabeleceu-se a equiparação entre as duas instituições e no que diz respeito a atividades político-partidárias favoreceram-se os membros do Ministério Público".

## Aprovados nomes de novos embaixadores

As indicações dos diplomatas Sérgio Barcellos Telles e Affonso Celso de Ouro-Preto para exercerem os cargos de embaixadores do Brasil junto à Malásia e à Eslovênia foram aprovadas ontem, em votação secreta, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Celso de Ouro-Preto é o atual embaixador na Áustria, e exercerá cumulativamente a nova função.

## Suruagy tirou Alagoas do desastre, diz Teotônio

Ao analisar os cem primeiros dias do governo Divaldo Suruagy, de Alagoas, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) garantiu que esse período já bastou para restabelecer o funcionamento da administração e reacender a esperança dos alagoanos.

Como exemplo do "desastre administrativo, político e social que o governador Divaldo Suruagy herdou em Alagoas", Teotônio Filho relatou que enquanto faltavam vagas nas escolas públicas de todo o Brasil, naquele estado sobravam

salas inteiras, em virtude da desconfiança e desestímulo que causaram as seguidas greves de funcionários e professores.

"O ano escolar de 1993 veio terminar apenas em setembro do ano passado", dis-

se o senador, explicando que, com o fim das greves, o número das matrículas na rede estadual subiu de 78 mil para 192 mil este ano. Teotônio informou também que Suruagy adotou providências para resolver o problema da seca que vinha assolando o estado por anos seguidos.



Teotônio Vilela

### ATENÇÃO

O **Jornal do Senado** está ajustando com o Cegraf a sua tiragem para os próximos meses. Se você deseja receber em seu gabinete exemplares extras além do que já recebe normalmente encartado no Diário do Congresso, dirija-se por escrito à nossa Redação, pleiteando as quotas de exemplares desejadas. Os pedidos devem ser encaminhados até a próxima terça-feira, 16 de maio.

#### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

#### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade ■ Editores – Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.